

FH diz que idéia original é dele

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso reivindicou para si a paternidade da idéia de criação de um salário-referência para a Previdência Social a fim de permitir um aumento maior do salário mínimo. Fernando Henrique já determinou estudos à Casa Civil para desvincular o salário mínimo do salário que serve de piso para reajustar os benefícios dos aposentados e pensionistas. Apesar disso, ele não pensa em vincular o aumento do salário mínimo à elevação do teto salarial dos três Poderes, anunciou ontem o porta-voz, Georges Lamazière.

O porta-voz evitou comentar as declarações do presidente do Sena-

do, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de que só concordaria com o aumento do teto salarial para R\$ 12,7 mil se o governo apoiasse o aumento do salário mínimo. Lamazière deu o troco informando que Fernando Henrique não quis comentar as declarações do senador porque quer deixar claro que foi dele a iniciativa de estudar a criação do salário referência que permitiria um aumento maior do salário mínimo. "Essa idéia foi mencionada pelo presidente Fernando Henrique ao presidente do Senado e já está sendo estudada pelo governo", revelou Lamazière. "O presidente comunicou ao senador Antonio Carlos que já havia solicitado esses estudos em conversa recente", esclareceu Lamazière.

A idéia seria dissociar o salário base da Previdência do salário mínimo. "Isso poderia permitir aumentos maiores do salário mínimo sem causar problemas graves para o equilíbrio da Previdência Social", esclareceu Lamazière. Os estudos estão sendo realizados e deverão ficar prontos antes de maio quando o governo terá que decidir sobre o aumento do novo salário mínimo.

O presidente Fernando Henrique não concorda com a idéia de aumentar o teto dos três poderes para R\$ 12,7 mil, informou ainda Lamazière. "Há estudos em curso mas nenhuma decisão de elevar o teto para R\$ 12,7 mil. Isso é uma coisa que permanece como uma hipótese em estudos", adiantou o porta-voz.

"Essa vinculação com o salário mínimo o presidente não quis comentar", informou Lamazière.

Ontem, os ministros Pedro Parente, do Gabinete Civil, e Aloysio Nunes Ferreira, da Secretaria-Geral da Presidência, almoçaram juntos para discutir como conduzir o problema com o Congresso Nacional. Ambos foram autorizados a continuar as negociações, mas a posição do presidente da República continua sendo a de não endossar o acordo para elevar o teto para R\$ 12,7 mil. Entretanto, nos bastidores do palácio, assessores revelam que a posição do presidente é apenas uma estratégia para não ser responsabilizado pelo acordo e que o aumento para R\$ 12,7 mil já estaria selado.